

As políticas públicas: avanços e desafios da educação na América Latina e Caribe

Ana Lúcia Souza das Chagas

Nelma Aires da Silva

Roquiline Vargas Ocampo

Maria Lúcia Serique Reis

Suélia Cardoso da Silva

Maria Ivanete Bezerra dos Santos

DOI: 10.47573/aya.5379.2.100.17

RESUMO

A educação na América Latina é um tema amplo e complexo, por ser composta por muitos países de situações diversas. Por isso, é importante conhecer as políticas públicas: avanços e desafios da educação na América Latina e Caribe. Com o objetivo de trazer reflexão pertinente de como melhorar a educação nos países latinos. Para subsidiar esse estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica e como técnica, documentos, artigos, livros e sites oficiais. É necessário diante do exposto que os países que compõem a América Latina, façam tratados de cooperação entre si para melhorar o desenvolvimento e diminuir as diferenças sociais que existe entre eles, e ter mais responsabilidade por parte dos governantes, para que o processo educacional tenha significado para todos que fazem parte.

Palavras-chave: educação. políticas públicas. desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O principal desafio dos países da América Latina e do Caribe é melhorar a aprendizagem de todas as crianças e jovens para que possam desenvolver seu potencial no mundo do trabalho, desfrutar de uma vida saudável e contribuir positivamente para sociedade. Considerada economicamente subdesenvolvida a América Latina caracteriza-se por ser grande exportadora de produtos agrícolas e minerais para países desenvolvidos, não só o setor primário como os outros setores são importantes para a economia de seus países que emprega uma parcela significativa da população regional.

A América Latina é constituída por alguns países subdesenvolvidos, pela industrialização tardia e dependência de capital externo para que possa se desenvolver. Diante da atual situação da educação desses países foram realizadas comparações entre alguns países para verificar, o nível dos avanços e desafios com inúmeros problemas envolvendo o sistema educacional, podendo ser notado um agravamento na desigualdade.

Nas últimas duas décadas houve avanços significativos na América Latina baseado em crescimento econômico sustentado, estabilidade macroeconômica e políticas sociais mais adequadas. Porém, em alguns países o nível de pobreza era visível, em outros a cobertura da educação aumentou assim como o abandono educacional diminuiu, entre outros fatores. Ou seja, apesar da universalização da educação persistem as desigualdades educacionais entre as classes sociais, confirmando que o acesso educacional não é igualitário.

Portanto, para melhorar a qualidade da educação nesses países é necessário torná-la instrumento para o progresso econômico e social desses países, tendo compromissos e responsabilidade com a participação de todos os setores, afinal a educação transforma vidas e não se destina apenas aos professores, mas, para a sociedade como um todo.

A OCDE E A EDUCAÇÃO

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Dias, Mariano e Cunha (2017, p. 3-4) explicam que a (OCDE) “ foi fundada em 1967, sob a liderança dos

Estados Unidos da América (EUA) e da Grã-Bretanha, como desdobramento das ações multilaterais do pós-guerra”.

Segundo os autores “a OCDE, pretende a harmonia e a prosperidade dos países deriva, em grande medida, da “qualidade do seu capital humano” é importante para uma nação. O capital humano é a relação harmônica das partes entre a capacidade, conhecimento e competência para realizar uma atividade laboral. “O capital intelectual é o valor gerado pelo conhecimento que existe dentro da organização. Ele representa a junção de três tipos de capital: externo, interno e humano”. (SÓLIDES, 2022).

Sabe-se que as mudanças são necessárias “Neste sentido, para que os países alcancem uma posição competitiva em um mundo em rápida transformação, os indivíduos precisam incorporar, ao longo de suas vidas, novos conhecimentos e habilidades (OCDE, 2004)”.

A referida Organização pretende, “a OCDE estuda e promove meios para melhorar políticas públicas em áreas como política, econômica, comércio, ambiente, ciência e tecnologia e educação. O intercâmbio desses conhecimentos entre os países é uma das vantagens de integrar a organização”. (SÓLIDES, 2022).

Para Dias, Mariano e Cunha (2017, p. 2) “ O reconhecimento da educação como fator central para o desenvolvimento dos países levou a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a criar o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA [...]” esse programa pretende avaliar “o conhecimento de jovens em linguagem, matemática e ciências.

Trata-se de uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países (OCDE, 2015)”.

Fazem parte da OCDE os países que são membros e os que são convidados “Os resultados obtidos têm subsidiado a formulação de políticas públicas no campo da educação e influenciado, sobremaneira, o debate sobre o tema”.

Para Dias, Mariano e Cunha (2017, p. 2):

[...] os dados da OCDE serão utilizados com o objetivo de escrutinar os resultados do PISA nos países da América Latina, mostrando a sua evolução, considerando o período de 2006 a 2015. Apesar da limitação da análise, uma vez que os países da América Latina participam apenas esporadicamente dos testes, este trabalho apresenta um esforço inicial de analisar de forma contextualizada a educação básica em países da América Latina nos últimos dez anos.

Neste sentido, a presente pesquisa apresenta relações entre alguns países com seus avanços e desafios, dentro de uma abordagem econômica, social, política e educacional com vários aspectos distintos dentro de cada contexto que vai implicar medidas e ações para o desenvolvimento educacional da época.

Sendo assim, para melhorar a qualidade da educação no Brasil e torná-la instrumento para o progresso econômico e social, requer fortes compromissos e a participação de vários setores. Pois, a educação é direito de todos conforme está prescrito na Constituição Federal de 1988 Capítulo III da educação, da cultura e do desporto seção I da educação “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colabo-

ração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988).

Constata-se que a educação fundamenta-se também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 93.94/96) que traz os princípios e fins da educação nacional. A LDB aborda como um dos princípios “garantia de padrão de qualidade”.

Pesquisa mostra que no Brasil o investimento em educação regrediu, Martello (2022) “Gasto com educação recua pelo 5º ano consecutivo e é o menor em dez anos”. Dados revelam a situação preocupante do ensino brasileiro. “Estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos indica que, em 2021, valor do gasto autorizado em educação foi superior ao de 2020, mas despesa efetivamente executada foi menor”. (MARTELLO, 2022). Afinal, a educação é a base patrimônio do crescimento de qualquer país em todos os sentidos. Porque a educação, não se destina apenas aos professores, mas, para sociedade na sua amplitude. Se os sujeitos tiverem uma educação de qualidade, é possível cuidar melhor de sua saúde, preservar o patrimônio público e como consequência a violência tende a diminuir para que a sociedade seja menos excludente.

A América Latina e os desafios

Os países latinos passaram por processos históricos de reconstrução após o período de colonização e diversos conflitos políticos. Essa reconstrução não foi fácil e nem todos os países conseguiram alavancar no desenvolvimento em seus setores. De acordo com Bezerra [s.d.], “São 13 os Países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, França (Guiana Francesa), Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela”. Mas somente 10 países compõem os países latinos conforme Quadro 1.

Quadro 1- Países que compõem a América Latina

Países da América do Sul	Países da América Central	País da América do Norte
1-Argentina 2-Bolívia 3-Brasil 4-Chile 5-Colômbia 6-Paraguai, 7-Peru 8-Uruguai 9-Venezuela 10-Ecuador	1-El Salvador 2-Guatemala 3-Nicarágua 4-Costa Rica 5-Honduras 6-Panamá 7-Haiti 8-República 9-Dominicana 10-Cuba	1.México

Fonte: brasilescola.BLOG [s.d].

A América Latina é composta por parte de países da América Central, da América do Sul e apenas um país da América do Norte (México). “Os países mais ricos da América latina são: Brasil, México e Argentina, que corresponde a cerca de 75% do PIB dos países da América Latina”.

Figura 1 - Mapa da América Latina



Fonte: BEZERRA [s.d].

A figura.1 mostra o mapa dos países latinos.

Sobre a avaliação dos estudantes à nível internacional (PISA) explicam Dias, Mariano e Cunha (2017, p. 2) “Apesar dos esforços despendidos na reformulação de políticas públicas educacionais na última década, os resultados dos países da América Latina na última avaliação do PISA, em 2015, mostram grande distância separá-los dos países desenvolvidos”.

A educação é uma das esferas que continua com sérios problemas, visto que ainda existem mais de 40 bilhões de analfabetos com mais de 15 anos, representando mais de 11% da população total dessa região. Consta-se que o direito de acesso à educação fundamental não se concretizou para todos, pois, várias crianças não são matriculadas por situações econômicas precárias, carência ou outras impossibilidades.

Conforme os intuits da Organização das Nações Unidas (ONU) “A Assembleia-Geral da ONU é muito importante porque se constitui como o principal órgão de discussão e deliberação, em que participam todos as 193 nações membros. Lá, são discutidos todos os assuntos [...]”.

Diante disto afirma a (ONU) “Todas as crianças do mundo devem poder ir gratuitamente à escola; continuar seus estudos enquanto o desejem e aprender um ofício”. De fato, o ensino não pode ser restrito a uma classe social privilegiada por ter mais recursos financeiros é um dever dos países e precisa ser ampliado a fim que todos tenham acesso e condições de permanência para continuar os estudos visando a formação integral cidadã.

Ainda sobre isso, a Associação da ONU preconiza um documento importante para todas às nações, Desinstitute (2020) a ONU “A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações,

a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade [...]”.

Considerando que a educação institucional precisa expandir com qualidade no ensino e como consequência isso influencia nas questões sociais e econômicas. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos é necessário “Discutir formas e meios para melhorar as condições de vida das crianças, dos jovens e das mulheres”.

Além desses intuitos “se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universal e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição”.

Compreende-se que a educação é um direito de todos os cidadãos conforme o Quadro.2:

Quadro 2 - O direito à Educação

Artigo 26
1. Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do mérito.
2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos [...]

Fonte: (ONU 1945 *apud* Desinstitute, 2020).

O Quadro 2 descreve no artigo 26º os direitos pertinentes à educação para todos os povos.

De acordo com pesquisa “A América Latina é integrada pelos vinte países que possuem língua neolatina (francês, português e espanhol)”.

Outro fator importante para essa integração são as áreas geopolíticas e socioeconômico que estão em processos de desenvolvimento econômico e a maioria dos países apresentam problemas que afetam os aspectos sociais.

Descreve-se aspectos considerados como avanços e desafios educacionais em países latinos. Com esse intuito o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi criado com o propósito de financiar projetos que promovam o desenvolvimento econômico, social, institucional, além de integrações comerciais de países da América Latina e do Caribe.

As iniciativas apoiadas pelo BID devem promover ações que tenham entre outras características, a preocupação do fomento da inclusão social e equidade, além de inovação e integração econômica.

Diante disso destaca-se a relação entre Brasil e Chile nos setores econômicos, sociais e educacionais. Compara-se o “Chile com economia mais estável da América Latina: cresce por ano 4%”, contudo, o Brasil no aspecto econômico considerado instável e arriscado para futuros investimentos”.

No ranking mundial o país chileno 29ª economia e o território brasileiro 9ª economia,

dados de 2018, conforme o Quadro.3 abaixo:

Quadro 3 - Relação entre BRASIL X CHILE

CHILE	BRASIL
Economia mais estável da América Latina: cresce por ano 4%.	Economia instável e arriscada.
29ª economia dados de 2018.	9ª economia dados 2018.
Educação: média 10 anos na escola.	Educação: média 9 anos na escola.
Hora-aula anual: 1.200.	Hora-aula: 800.
Investe 7,5% (PIB) na educação.	Investe 5% (PIB) na educação.
Data base dos professores: R\$ 1.760,00.	Data base dos professores: R\$ 1.187,00.
PISA: foi a melhor colocação, modelo de educação da América Latina (2012-2015).	PISA: desempenho evoluiu em matemática (58°); leitura (55°); ciências (59°), no ranking.
Duração do Ensino Médio. 4 anos.	Duração do Ensino Médio. 3 anos.
Taxa de conclusão do Ensino Médio. 82%.	Taxa de conclusão do Ensino Médio. 61%.

Fonte: Elaborado pelas autoras mediante BID, 2022.

O Quadro.3 mostra o resultado da avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, o Chile obteve a melhor colocação, como modelo de educação da América Latina (2012-2015). Entretanto, o Brasil apresentou desempenho em matemática (58°); leitura (55°); ciências (59°), no ranking.

Sendo assim, para que o Brasil se torne uma potência em educação como Chile, mesmo enfrentando desafios e avanços precisa haver política pública com o foco em investir na área de educação com mais investimento financeiro: seriedade, compromisso e fiscalização, adotando mais escolas de tempo integral com estrutura que ofereça aos estudantes esportes, cultura e atividades atrativas, além de valorizar os professores, com salário digno, compatível com a profissão e a responsabilidade que lhe cabe em educar os cidadãos.

E por fim, o sistema educacional deve ser reformulado valorizando o currículo escolar dos alunos para que os jovens aprendam a fazer uma boa leitura de mundo e assim poder fazer a escolha de suas profissões com base nas competências e habilidades.

RELAÇÃO ENTRE COSTARICA E URUGUAI NOS SETORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Conforme a Constituição da Costa Rica (artigo 76 a 89), a educação no país é compulsória e gratuita nas fases Pré-escolar e Educação Geral Básica. Além de que, as escolas devem ensinar o dialeto às crianças que vivem em regiões onde há um dialeto próprio, como nas comunidades indígenas, onde ainda se mantém o ensino do idioma de cada comunidade.

A taxa de analfabetismo no país, segundo o Banco Centro Americano de Integração Econômica (BCIE), é de 3,2% (considerando a população daqueles acima de 15 anos), o menor índice da América Central. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO, um país é considerado livre de analfabetismo quando atinge uma cota de 5% ou menos da população que ainda não tenha sido alfabetizada:

- 3,4% da população vive em situação de pobreza

- 99,4%da população é alfabetizada (15-24 anos)
- População: 4.5 milhões de habitantes

O Sistema de Educação na Costa Rica é organizado pelo *Consejo Superior Educación* (CSE) é dividido em 4 níveis: Educação pré-escolar, Educação Geral Básica, Educação diversificada e ensino superior. A economia nacional se baseia no turismo, agricultura e fabricação de produtos eletrônicos. O turismo é impulsionado pelos elementos naturais do país, em especial as cordilheiras e vulcões. A agricultura, por sua vez, destaca-se pela grande produção de café e banana. E os produtos eletrônicos é o grande destaque nacional.

De acordo com a UNESCO, um país é considerado livre do analfabetismo quando atinge uma cota de 5% ou menos da população que ainda não tenha sido alfabetizada.

No entanto, o Uruguai está entre os países latino-americanos com o melhor rendimento em teste de desempenho acadêmico, tanto primário (TERCE) como secundário (PISA) e ainda enfrenta sérios desafios em termos de conclusão do ensino, relevância da formação com relação ao mundo do trabalho.

A educação é um dos exemplos mais importantes do avanço e do crescimento econômico, bem como a redução das desigualdades sociais e da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por essa razão, o Uruguai decidiu implementar uma série de estratégias para fortalecer a oferta educativa, melhorar sua qualidade e relevância.

Na região latino-americana, vários governos ampliaram os anos de educação obrigatória por meio de diversas regulamentações nas últimas décadas, e praticamente todos hoje contam com o compromisso de conclusão do ensino médio. No entanto, a região ainda está longe de cumprir essa diretriz.

A taxa de conclusão para o ensino secundário superior na América Latina é de apenas 59% e varia de modo significativo entre os países. No Uruguai, em particular, apenas 40% dos jovens conseguem terminar o ensino médio, o número superior apenas aos Guatemala e de Honduras de acordo com Banco de desenvolvimento da América Latina (CAF, 2018).

Na mesma linha, recentemente também se organizou em Montevideu o “Seminário Educação e trabalho” em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a UNESCO, a Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, com o objetivo de contribuir para o diálogo setorial, promover um espaço de intercâmbio e fornecer conhecimentos aos tomadores de decisão, às lideranças políticas e técnicas e a representantes da sociedade civil organizada.

Diante disso fornecendo exemplos de reformas, políticas e programas que atingiram resultados positivos no que se refere à articulação entre a educação de adolescentes e jovens e a formação de habilidades para a vida e para o trabalho, desde inovações que estão sendo desenvolvidas no Uruguai até experiências de outros países da América Latina e outras regiões.

Finalmente, uma possibilidade de cooperação com o Plano Ceibal está sendo avaliada “O Plano Ceibal, criado pelo presidente do Uruguai pelo Decreto nº 144, de 18 de abril de 2007”, buscando-se delinear uma proposta de trabalho em pensamento computacional, um projeto que

o Ceibal está começando a implementar de forma pioneira no país.

A proposta inclui diferentes ações que buscam mensurar os primeiros resultados da iniciativa, bem como identificar e quantificar as ações necessárias para a ampliação da escala desta proposta piloto. “O decreto de criação do Ceibal é o primeiro documento público em que se listam as principais motivações estatais para a formulação dessa política. Ele afirma que a criação do Plano é baseada na necessidade de avançar para uma sociedade de informação e conhecimento a partir de uma perspectiva social e educativa”. RIVOIR e LAMSCHEIN(2014) :

Ao afirmar-se como política educativa voltada para a educação pública, representou a opção nessa direção em uma perspectiva pedagógica. A opção para que a escola seja o eixo promoveu um sentido maior em termos de equidade social, pois a escola como instituição atua como símbolo da inclusão social no Uruguai.

Isso permitirá a geração de um produto que facilitará a identificação do financiamento necessário para a flexibilidade do projeto. Como propósito de proporcionar aos latino-americanos qualidade para viver em sociedade é que o Banco de Desenvolvimento da América Latina- CAF desenvolve projetos na Argentina, conforme o quadro.4 abaixo:

Quadro 4 - CAFProjetos em Execução

Programa para Melhorar o Acesso e a Qualidade Educacional na Província de Jujuy
Inclusão digital e transformação educacional Santa Fe + Conectada
Projeto de Melhoria da Infraestrutura Escolar - De volta à sala de aula
Programa de expansão e melhoria da infraestrutura escolar na província de Buenos Aires.

Fonte: Argentina. Go.ar.CAF.

O quadro.4 aborda projetos educativos realizados pelo CAF. É relevante mencionar que o (CAF) já está apoiando uma iniciativa para desenvolver o pensamento computacional em escolas secundárias na Argentina, por meio da iniciativa PROGRAMAR (atualmente aliados do Plano Ceibal), dentro da operação de crédito para fortalecer a capacidade empreendedora.

RELAÇÃO ENTRE HAITI E REPÚBLICA DOMINICANA NOS SETORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Apresenta-se a situação crítica do Haiti como o país mais pobre desse grupo, pois está classificado abaixo da linha da pobreza. Fica localizado na ilha da Hispaniola e conta com mais de 11 milhões de habitantes. Possui uma economia concentrada nos setores terciário e primário, pouco desenvolvida.

Este representa uma parcela de aproximadamente 22% do PIB do país, que é atualmente de US\$ 22,43 bilhões. Na produção agropecuária haitiana encontra-se cana-de-açúcar, milho, mandioca, manga, banana, goiaba e vegetais de modo geral. A indústria é responsável por 20% do PIB, destacando-se o setor têxtil, de refino de açúcar, moagem de farinha, montagem e cimento.

A localização fica em área de intensa instabilidade tectônica, sujeita a terremotos, maremotos e furacões que se formam naquela região. O país tem instabilidade política, devido há vários conflitos sofridos na ditadura militar e golpe militar ao qual vivenciou. Cerca de 60% da

população é subnutrida e mais da metade da população vive com menos de um dólar por dia.

Na área educacional observou-se que 90% das escolas do país são privadas, entretanto percebe-se que a educação é excludente e discriminatória contra mulheres e moradores do campo. Porque muitas pessoas vivem em situação econômica e social precária, ou seja não possuem recursos suficientes para estudar em uma instituição de ensino da rede privada. O ensino no Haiti é gratuito e a oferta é para educação primária, secundária e superior, mas infelizmente muitas famílias não conseguem manter o ensino dos filhos, em virtude de não ter recurso financeiro para comprar material e fardamento. O mapa do Haiti encontra-se na figura.1abaixo:

Figura 1 - Mapa do Haiti



Fonte: brasil escola [s.d].

O país tem uma alta taxa de analfabetismo 47,1%, em virtude de fatores extras como: valor aquisitivo para compra de material e fardamento, longas distâncias das escolas públicas e a necessidade de trabalhar para auxiliar a família. Esses fatores são prejudiciais à aprendizagem das crianças.

A figura.1 mostra a localização cartográfica do Haiti.

O investimento é mínimo na educação da população do Haiti, pois faltam condições básicas para realizar o trabalho pedagógico, além da necessidade de qualificação para os professores. Por outro lado, temos a República Dominicana que está em fase de crescimento desde 2012, tem se fortalecido politicamente com estabilidade na política e na área social, visto que apresenta uma sólida democracia vista como durável. A economia vem crescendo nos setores de mineração (26,54%), serviços financeiros (11%), agricultura (9,6%), construção (8,8%) e o turismo que vem se consolidando de forma positiva no país. O aumento de 4% do orçamento da MINERD representou avanço para o Sistema Nacional de Educação, mas não foi suficiente para atingir as metas educacionais.

Na República Dominicana a educação é gratuita e obrigatória nos níveis de ensino inicial, básico e médio. A educação secundária não é obrigatória, mas é gratuita, o ensino superior é financiado pelo Estado.

O país vem trabalhando para reduzir a taxa de analfabetismo e vem apresentando resultados satisfatórios. É visível que o país tem realizados investimentos na educação através de políticas públicas, pois, os professores obtiveram reajustes de salários, houve investimentos nos recursos tecnológicos para melhoria educacional.

Ainda nesse contexto, foi formulado um Pacto Nacional de Reforma Educacional com período de 2014-2030, objetivando estratégias e diretrizes para construção de um sistema educacional baseado em uma cultura de avaliação integral, sistemática, permanente e transversal para todos os processos e atores e níveis, modalidades, subsetores e instâncias da função educativa da República Dominicana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o panorama dos países que fazem parte da América Latina e Caribe foi possível observar a imensidão de fatores que interferem no avanço da educação em cada peculiaridade, como a debilidade institucional, a baixa qualidade dos gastos, a qualidade de oferta em educação, desigualdades econômicas, falta de acesso ao direito à educação, recursos escassos, porém há um fator crucial que pode mudar a vida de um povo, a visão política dos governantes. Trata-se de vontade e competência de investimento em planejamento dinâmico e real conforme o contexto histórico de cada local. Além disso, implementar políticas públicas a longo prazo que venham consolidar o processo educacional em todos os setores: valorização, recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros. Levando em consideração a sensibilização da mudança de paradigmas da educação arraigados que vem se perpetuando e não produzem resultados significativos. Não basta somente investir, é necessário modificar o pensamento dos profissionais da educação. O país que investe de forma construtiva, qualitativa e igualitária na educação do seu povo, transforma os demais setores da sociedade.

Sendo assim, para melhorar a qualidade da educação nesses países, objetos de pesquisa, e torná-la instrumento para o progresso econômico e social desses países, requer fortes compromissos e a participação de vários setores, afinal a educação transforma vidas e não se destina apenas aos professores, mas para a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

Argentina. Go.ar.CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/secretaria-de-asuntos-estrategicos/relaciones-financieras-internacionales/proyectos-en-ejecucion/caf> Acesso em: 24 de jul de 2022.

BEZERRA, Juliana. Países da América do Sul. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/paises-da-america-do-sul/> acesso em: 24 de jul de 2022.

BID. significado: Entenda como BID influencia em licitações. Disponível em: <BID significado: Entenda como BID influencia em licitações (mutuus.net)>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL, Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988__da_educacao.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

_____, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF. 1996. Diário Oficial da União - Seção 1 – 23. Dez.1996, p.27833. Disponível em: L9394 (planalto.gov.br) http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

CAF. Banco de desenvolvimento da América Latina. 2018. Disponível em: https://www.caf.com/es/sobre-caf/#caf_nav_paises. Acesso: 19 jul. 2022.

DIAS, Bruno Francisco Batista; MARIANO, Sandra Regina Holanda; CUNHA, Robson Moreira. Educação básica na América Latina: uma análise dos últimos dez anos a partir dos dados do programa internacional de avaliação de estudantes (PISA) In: Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, vol. 11, núm. 4, julho-setiembre, 2017, pp. 1-26. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4417/441753228002.pdf>. Acesso em: 19 jul 2022.

HAITI. Disponível em: < <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/haiti.htm>.>. Acesso em 13 jul. 2022.

DESINSTITUTE. declaracao-universal-dos-direitos-humanos-como-surgiu-e-o-que. 2020 Disponível em: https://desinstitute.org.br/noticias/defende/?gclid=Cj0KCQjw2_OWBhDqARIsAAUNTTGfBFvYDxFtvFY7NBxo0c0GF-PpmvELg2mrRKRLyAY. Acesso em: 24 de jul de 2022. <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/deconuvs.htm>. Portal dhnet

MARTELLO, Alexandro. Gasto com educação recua pelo 5º ano consecutivo e é o menor em dez anos”. g1 — Brasília. 2022. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 25 de jul de 2022.

RIVOIR, Ana; LAMSCHEIN, Susana. As etapas da implementação do Plano Ceibal em quatro escolas da área metropolitana de Montevidéu, Uruguai. BLOG ObservaTIC, Universidad de la República, Uruguai. 2014. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/13/as-etapas-da-implementacao-do-plano-ceibal-em-quatro-escolas-da-area-metropolitana-de-montevideu-uruguai>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SÓLIDES. Capital humano: entenda a importância da valorização dos profissionais no meio corporativo. BLOG. Equipe de conteúdo sólides. 10 mai. 2022. Disponível em: [https://blog.solides.com.br/capitalhumano/#:~:text=Capital%](https://blog.solides.com.br/capitalhumano/#:~:text=Capital%20humano). Acesso em: 19 jul. 2022. <https://www.brasileiraspelomundo.com/sistema-de-ensino-na-costa-rica>.